



21/11/2017	9ª RAJ	278	Termo Circunstanciado
		309	Pedido de Busca e Apreensão Criminal
	48ª CJ Aparecida, Bananal, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Queluz e Roseira	311	Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas
		313	Pedido de Prisão Preventiva
		314	Pedido de Prisão Temporária
		1268	Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)
	51ª RAJ Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba	10967	Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso
		12072	Busca e Apreensão
		12073	Internação Provisória
		12074	Pedido de Desinternação / Reavaliação / Substituição / Suspensão da Medida

27/11/2017	4ª RAJ	278	Termo Circunstanciado
		309	Pedido de Busca e Apreensão Criminal
	6ª CJ Atibaia, Bragança Paulista, Jarinu, Nazaré Paulista, Pinhalzinho e Piracaia	311	Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas
		313	Pedido de Prisão Preventiva
		314	Pedido de Prisão Temporária
		1268	Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)
	8ª CJ Campinas, Cosmópolis, Paulínia, Valinhos e Vila Mimosa - Foro Regional	10967	Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso
		12072	Busca e Apreensão
		12073	Internação Provisória
		12074	Pedido de Desinternação / Reavaliação / Substituição / Suspensão da Medida

Deverão ser observadas as regras e os procedimentos descritos no Comunicado CG nº 2167/2017.

É vedada a suspensão da execução do cronograma de expansão. Qualquer solicitação nesse sentido deverá ser encaminhada à apreciação da Corregedoria Geral da Justiça e Presidência do Tribunal de Justiça.

Nos plantões judiciais das referidas circunscrições as cautelares criminais e as da infância infracional serão processadas em formato digital com integração com a polícia civil, mantendo-se o processamento físico das demais classes processuais.

**COMUNICADO CONJUNTO Nº 2536/2017
(Protocolo CPA nº 2016/44379)**

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICAM** aos Magistrados, Procuradores, Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça, Dirigentes e Servidores das Unidades Judiciais da Primeira Instância, no contexto do Comunicado Conjunto 380/2016 (Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015), do Comunicado SPI 56/2016 e do Comunicado Conjunto 1763/2017 (Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015), que **a partir de 13/11/2017**, além da Comarca de Campinas, o **FORO DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL**, em 1ª fase de expansão, integrará do **Projeto Piloto** das **citações e intimações** destinadas à **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** e às **AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO** representadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, **para os processos digitais de todas as competências**, observadas as orientações que seguem:

I – DISPOSIÇÕES GERAIS:

1) A citação/intimação da **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** e das **AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO** representadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, listadas ao final deste Comunicado, deverão ocorrer por meio do Portal Eletrônico, tendo como pré-requisito o cadastro do **CNPJ correto do ente público** que figurar no processo.

2) A lista de nomes e CNPJs da Fazenda Pública Estadual e das Autarquias/Fundações do Estado de São Paulo encontra-se ao final deste Comunicado. Eventuais atualizações serão divulgadas na área de orientações internas **INTRANET/SPI** – Orientações Gerais/Cartórios/Cível/Novo CPC/Citação e Intimação às Fazendas, **link:** <http://www.tjsp.jus.br/PrimeiraInstancia/OrientacaoPublicoInterno/Cartorios> e na **INTERNET/Portal** do TJ/SP/Peticionamento Eletrônico/Lista de CNPJs – Autarquias/Fundações do Estado de São Paulo, **link:** <http://www.tjsp.jus.br/PeticionamentoEletronico>.



3) O ajuizamento de ações contra a **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** e contra as **AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO** deverá ser realizado com o nome completo do ente público e o **CNPJ correto**, conforme a lista divulgada ao final deste Comunicado ou na INTERNET, no endereço acima.

Exemplo:

Nome: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CNPJ: 62.823.257/0001-09

4) O ajuizamento de ações pelas **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** e **AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO** por meio de Integração de Sistemas ou Peticionamento Eletrônico também deverá ser realizado com a indicação do CNPJ correto, conforme a lista divulgada ao final deste Comunicado ou na INTERNET, no endereço acima.

5) Decorrido o prazo de 30 dias do início da presente expansão do Projeto Piloto, será analisada nova expansão para todo o Estado.

6) Oportunamente será divulgado Comunicado ampliando a utilização da citação/intimação eletrônica da Fazenda Pública Estadual e das Autarquias/Fundações para as demais Comarcas do Estado.

II) PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PELAS UNIDADES JUDICIAIS:

7) O ato de **citação** da **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** e das **AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO** deverá constar configurado na aba de atos do documento dos despachos, decisões, sentenças, atos ordinatórios, da seguinte forma:

Ato Automático:

Ato (Tipo do Ato): 4 – Citação;

Forma (Forma de Cumprimento do Ato): 24 – Intimação Eletrônica;

Modelo: 503155 - Mandado-Citação-Intimação da Fazenda Pública - Autarquias (Exclusivo - Portal Eletrônico);

Prazo: Prazo processual para a manifestação das Fazenda/Autarquias, após a citação;

Automática: Marcar (No caso de ato não automático, desmarcar esse campo);

Tipo de Seleção (Destinatário do Ato): PAPTPR – Parte Passiva Principal;

Modo de Finalização: Assinar e Liberar nos autos digitais.

8) O ato de **intimação** da **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** e das **AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO** deverá constar configurado na aba de atos do documento dos despachos, decisões, sentenças, atos ordinatórios, da seguinte forma:

Ato Automático:

Ato (Tipo do Ato): 1 – Intimação;

Forma (Forma de Cumprimento do Ato): 1 – Intimação Eletrônica;

Modelo: Vazio;

Prazo: Prazo processual para a manifestação das Fazenda/Autarquias, após a intimação;

Automática: Marcar (No caso de ato não automático, desmarcar esse campo);

Tipo de Seleção (Destinatário do Ato): ATPTPR (Se for parte ativa); PAPTPR, (Se for parte passiva);

Modo de Finalização: Vazio

9) O ato de **intimação** da **FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL** e das **AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO**, como terceiro interessado, deverá constar configurado na aba de atos do documento dos despachos, decisões, sentenças, atos ordinatórios, da forma a seguir, além do cadastro no polo terceiro:

Cadastrar a Fazenda/Autarquia com o tipo de participação **53 - Interessado (Terceiro)** no cadastro de partes (com o **CNPJ correto**).

Ato (Tipo do Ato): 1 – Intimação;

Forma (Forma de Cumprimento do Ato): 1 – Intimação Eletrônica;

Modelo: Vazio;

Prazo: Prazo processual para a manifestação da Fazenda/Autarquia, após a intimação;

Automática: Marcar (no caso de ato não automático, desmarcar esse campo);

Tipo de Seleção (Destinatário do Ato): SLPE – (Todas as partes terceiras);

Modo de Finalização: Vazio.

10) Para os processos que se encontram atualmente em andamento, as Unidades deverão, por demanda, verificar o cadastro de partes. Se o caso, incluir a parte correspondente à Fazenda/Autarquia/Fundação com o CNPJ correto e baixar a parte anteriormente correspondente à Autarquia/Fundação com o CNPJ incorreto.



III) LISTA DE CNPJS – Fazenda Pública, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, representadas pela Procuradoria Geral do Estado - PGE:

AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES	CNPJ
Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM	03.426.989/0001-98
Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP	07.019.105/0001-31
Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP	02.538.438/0001-53
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP	05.051.955/0001-91
Bolsa Oficial de Café e Mercadorias de Santos	58.198.599/0001-08
Caixa Beneficente da Polícia Militar – CBPM	61.000.923/0001-38
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza	62.823.257/0001-09
Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR	11.568.465/0001-60
Companhia Paulista de Securitização - CPSEC	11.274.829/0001-07
Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP	47.693.643/0001-21
Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE	46.853.800/0001-56
Departamento de Estradas de Rodagem – DER	43.052.497/0001-02
Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	15.519.361/0001-16
Estado de São Paulo	46.379.400/0001-50
Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA	66.495.110/0001-80
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP	00.326.036/0001-60
Fundação Centro Esportivo, Recreativo e Educativo do Trabalhador - CERET	51.206.696/0001-48
Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON	57.659.583/0001-84
Fundação Parque Zoológico de São Paulo	60.889.573/0001-40
Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM	48.0327.000/001-94
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA	24.082.016/0001-59
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – HC USP/SP	60.448.040/0001-22
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – HC USP/RP	56.023.443/0001-52
Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSP	60.747.318/0001-62
Instituto de Medicina Social e Criminologia do Estado de São Paulo – IMESC	43.054.154/0001-79
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM	61.924.981/0001-58
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN	43.778.448/0001-43
Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP	61.024.170/0001-09
Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP	08.920.673/0001-71
São Paulo Previdência – SPPREV	09.041.213/0001-36
Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN	43.142.397/0001-69
Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO	46.158.861/0001-01

SJ - Secretaria Judiciária

COMUNICADO Nº 376/2017

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Henry Marques Dip, Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça, COMUNICA que as distribuições dos feitos em grau de recurso de competência das 14^a à 18^a Câmaras de Direito Público e das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente, que se fariam no dia 15 de novembro, serão realizadas no dia 14 de novembro do corrente ano, terça-feira, às 9 horas, na sala 33 do prédio do Tribunal de Justiça, localizado na Rua Agostinho Gomes nº 1225 (Praça Nami Jafet nº 235) – Bairro do Ipiranga, com a supervisão da Presidência da Seção de Direito Público.

(09, 10 e 13/11/2017)

COMUNICADO Nº 377/2017

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Antonio de Godoy, Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça, COMUNICA que as distribuições dos feitos em grau de recurso que se realizariam no dia 15 de novembro serão realizadas no dia 14 de novembro do corrente ano, terça-feira, às 9:00 horas, na sala 36 do prédio do Tribunal de Justiça, localizado na Rua Agostinho Gomes nº 1225 (Praça Nami Jafet nº 235) – Bairro do Ipiranga, com a supervisão da Presidência da Seção de Direito Privado.

(10, 13 e 14/11)